

A educação e os seniores

The education and the Seniors

Luis Jacob

RESUMO: O presente artigo analisa dimensões da educação de sêniores no contexto da sociedade portuguesa contemporânea, explorando o conceito de aprendizagem ao longo da vida, hoje enraizado no sistema educativo e formativo europeu e português, principalmente na sua dimensão, de qualificação profissional ou com fins de valorização pessoal, neste caso nos idosos. Aborda também a importância das Universidades da Terceira Idade ou Universidade Sênior, continuar a estudar, e a adquirir competências ao longo da nossa vida neste cenário.

Palavras-chave: Aprendizagem ao longo da vida; Universidade da Terceira Idade.

ABSTRACT: *This paper analyzes the dimensions of senior education in the context of contemporary Portuguese society, exploring the concept of learning throughout life, now settled in European and Portuguese education and formative system, mainly in their professional qualification or personnel development dimensions, in this case the elderly. It also discusses the importance of Universities of the Third Age or Senior University to continue studying and acquiring skills throughout lives in this scenario.*

Keywords: *Throughout life learning; University of the Third Age.*

Introdução

É unânime que a educação é a forma mais eficaz para o desenvolvimento de uma sociedade ou de um grupo. Não é por acaso que os países mais desenvolvidos do mundo são os que mais apostam na educação e formação dos seus cidadãos; inclusive a teoria do capital humano¹ defende que o investimento na educação e na formação de competências é tão significativo para o crescimento económico quanto o investimento em máquinas e equipamentos.

Os históricos baixos níveis de escolaridade da população portuguesa são, sem dúvida, uma das principais causas do fraco desenvolvimento económico e social do país e vice-versa. Por exemplo, a participação da população adulta activa em programas de educação ou formação em Portugal é de 13% contra os 60% dos países do norte da Europa (Eurobarómetro, 2009) e que actualmente 35% da população portuguesa não tem mais que o ensino básico de 4 anos. Naturalmente os idosos são o grupo etário em que os níveis de escolaridade são mais baixos.

Já no século I a.C., Túlio Cícero afirmava que “as armas mais bem-adaptadas à velhice são a cultura e o exercício activo das virtudes” (Cícero, 2005) e Emmanuel Kant, num curso de pedagogia no final do século XVIII, dizia que “o homem só se pode tornar homem através da educação”. No mesmo período, e em plena Revolução Francesa, Condorcet defendeu que “a instrução deve estar presente em todas as idades e não há nenhuma em que seja inútil aprender” (Bertrand Schwartz, 1988, citado em Canário, 2000, p. 11). Estas afirmações levam-nos para o tema deste artigo, a educação e os seniores.

Consideramos que a educação e a formação são um grande aliado do envelhecimento activo e de uma velhice mais positiva e inclusiva. A UNESCO refere, em 1986,

“a importância da promoção de actividades educativas e culturais para uma melhor assunção, por parte dos reformados e idosos, do seu próprio envelhecimento, para lhes assegurar melhores condições de existência e, ainda, para fazer com que as sociedades beneficiem da sua longa experiência.” (UNESCO, p. 29).

¹ A expressão “capital humano” foi originalmente utilizada pelo economista Adam Smith em 1776 e foi aprofundada em 1960 por Theodor Schulz e Gary Becker.

Pode-se considerar que a educação surge na vida dos seniores de três formas:

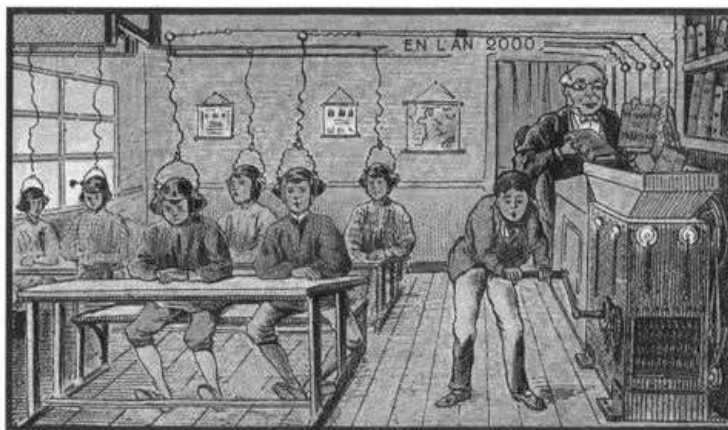
a) Numa fase inicial com a escolaridade oficial e que infelizmente nos idosos portugueses é baixa; basta recordarmos que em 1970 a taxa de analfabetismo em Portugal era de 25,7 da população. (PORDATA).

b) No âmbito da formação profissional ou do reconhecimento de competências, como foi o caso do programa “Novas oportunidades”.

c) Por fim, já na aposentação com os diversos projectos de educação não-formal para seniores para vão surgindo em Portugal.

Aprendizagem ao Longo da Vida

A educação foi evoluindo ao longo dos tempos, seguindo as ideias, as teorias e as mudanças da história. Em 1899 os ilustradores franceses Jean Marc Cotl e Villemard fizeram uma ilustração em que imaginaram a escola do ano 2000, quando os alunos aprenderiam por fios ligados ao cérebro que, por sua vez, estariam ligados a uma máquina trituradora de livros.



A educação que hoje conhecemos tem duas bases: a da religião (o modelo religioso em que a escola tomou das igrejas a ideia do estrado, do púlpito e do padre/professor que transmitia a informação/normas aos fieis/alunos, que a recebiam de uma forma passiva. Ensinava-se o grupo (e não o indivíduo) e a do *apprenticeship* (a aprendizagem por integração numa comunidade, que vem da tradição dos ofícios e dos mestres, em que os aprendizes ainda muito jovens iam trabalhar/aprender uma profissão numa loja ou oficina).

Hoje a educação não é apenas fundamental na sua fase inicial (escolarização básica e secundária), mas deve acompanhar o indivíduo ao longo da sua vida.

O relatório Delors de 1996 marcou a mudança do uso do termo “educação ao longo da vida” para “aprendizagem ao longo da vida” (ALV), sendo esta “toda e qualquer actividade de aprendizagem, com um objectivo, empreendida numa base contínua e visando a melhorar os conhecimentos, aptidões e competências. Os seus principais objectivos são a promoção da cidadania e/ou o fomento da empregabilidade.” (Pires, 2002, p. 54).

A utilização cada vez mais frequente, na literatura técnica, política e científica da expressão “educação/formação” representa de forma sintomática um esbatimento e fluidez dos diversos tipos de fronteiras (institucionais, temporais, etárias etc.) que têm separado a educação escolar e não escolar, a educação formal e não formal, a educação e o trabalho, a educação e o emprego, a educação e o lazer. Vivemos hoje, no tempo da “Aprendizagem ao longo da Vida”, uma espécie de concretização dos ideais do movimento de Educação Permanente, sem as preocupações de humanização do desenvolvimento que foram a imagem de marca das políticas da Unesco durante os anos 70 (Finger, & Asún, 2001) e num contexto em que desapareceu da linha de horizonte a perspectiva do pleno emprego. (Gonçalves, 2008).

A Aprendizagem ao Longo da Vida (*Lifelong learning*, em inglês), surgiu segundo alguns autores em 1727, quando Benjamin Franklin fundou, em Filadélfia nos Estados Unidos da América, um grupo de discussão e de estudos para adultos. Outros autores atribuem a génese da ALV às escolas ou universidades populares dos países nórdicos (*Folkehøjskole*, em Dinamarquês; *Folk Highschools*, em inglês; ou *Volkshochschule*, em Alemão), que tiveram origem no trabalho do filósofo, político, pastor e escritor dinamarquês Nikolajn Grundtvig (1783-1872). É o chamado espírito *Folkeoplysning* (instrução ou educação popular) que provém de movimentos religiosos e populares do séc. XIX e que consiste em métodos pedagógicos próprios e numa visão particular do homem, do conhecimento e da aprendizagem.

A escolarização na democracia e cidadania activa é uma parte importante disso. Estes ideais são baseados no diálogo e na cooperação, e no conceito de que as pessoas se devem autoeducar e autoesclarecer através de si próprias e pela partilha de conhecimentos como os outros.

Em 1900, Dewey afirmou que a educação é simultaneamente um direito e um bem público, aos quais todos devem ter acesso, mas nos quais todos também têm a responsabilidade de participar – em prol da construção e defesa da democracia.

É neste sentido que é possível sustentar que o acto de aprender é tão necessário, natural e inevitável como respirar. Mas se todos estamos condenados a aprender, a verdade é que a maior parte daquilo que sabemos não foi aprendido na escola sendo esta, na sua forma moderna, uma invenção histórica muito recente, pela qual passou uma parte ínfima da humanidade. A aprendizagem de coisas que não são ensinadas, ou seja, que não obedecem aos requisitos do modelo escolar, corresponde ao que de uma forma genérica se pode designar por educação não formal. No conjunto das situações educativas, a parte que é abrangida pela educação formalizada, deliberada, baseada na assimetria de papéis, ocorrendo num tempo, num lugar e numa instituição próprias, representa, apenas, a face visível do icebergue. (Gonçalves, 2008).

Só um povo educador e (in)formado pode lutar pela democracia, pelos seus direitos e ideias. Não é à toa que a educação e os meios de comunicação são, normalmente, os primeiros alvos controlados pelos regimes ditatoriais.

A educação de adultos em Portugal

Como referimos anteriormente, Portugal teve desde sempre e por diversas razões históricas, baixos índices de escolaridade. Enquanto que, em 1890, 76% da população portuguesa era analfabeta, já 67% da população da Prússia (actual Alemanha) e 58% dos dinamarqueses tinham a escolaridade obrigatória (Candeias, 1993). Estes dados só por si explicam alguma da diferença social e económica entre estes países europeus.

A educação de adultos é tão importante que surge, muitas vezes, ligada ao desenvolvimento local. São pessoas qualificadas que podem desenvolver a competitividade de uma empresa, o desenvolvimento de um concelho, de um país e do mundo...

Sem educação e formação de adultos, quanto a mim, não há um verdadeiro desenvolvimento local, haverá sim um certo número de decisões de tipo tecnocrático, de tipo burocrático, de tipo economicista (Alberto Melo, 2005, p. 110).

Podemos dizer que a educação de adultos no nosso país começou em nível oficial na década de 50, através do Plano de Educação Popular. Desejava-se, desta maneira, aumentar o cumprimento da escolaridade obrigatória, através dos cursos de educação para adultos. As Linhas Gerais da Reforma e do Ensino Superior dessa época referem pela primeira vez a Educação Permanente e foram criados cursos gerais do ensino liceal nocturno e, reestruturados os cursos nocturnos do ensino técnico e os cursos de educação básica para adultos.

Com base na Lei Orgânica do Ministério da Educação, foi criada, em 1971 (DL 408/71 de 27 de setembro) uma Direcção Geral da Educação Permanente, vocacionada para lançar um vasto programa educativo dirigido á população adulta. Só uma década mais tarde, esta estrutura viria a ser substituída por uma Direcção Geral de Educação de Adultos (Cf. Lima e outros, 1988).

Posteriormente, em 1979, com a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Bases de Adultos, tentou-se promover permanentemente uma educação de adultos, utilizando-se uma via educativa não-formal e a criação de um verdadeiro subsistema de educação de adultos. Em Portugal, a educação e formação de adultos têm sofrido diversas oscilações desde 1974. Nas três décadas subsequentes, as políticas educativas destinadas aos adultos foram descontínuas, e o ensino recorrente acabou por ser um fracasso no que diz respeito aos resultados desejados (Melo, 2007).

É sobretudo com o Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida de 2000, em conformidade com a Estratégia de Lisboa, que este tema adopta uma maior importância.

Em 2005, surge a iniciativa Novas Oportunidades, por parte do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Este programa, que foi contestado por muitos e reconhecido por outros, foi um passo em frente na educação de adultos. As “Novas Oportunidades” são a oferta educativa e formativa mais significativa para os adultos em Portugal, procurando elevar os seus níveis de formação e qualificação. Este programa engloba os cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) e o RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Este modelo foi interrompido pelo XIX Governo, liderado pelo Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho, sem que, até a data, ter sido apresentado qualquer novo modelo.

Há, no entanto, que reconhecer, que os cursos (EFA) se desenvolvem num padrão escolarizado, não obstante, se procure uma maior adequação dos conteúdos às situações da vida quotidiana. Saliente-se ainda que o reconhecimento, validação e certificação de competências, não deve por si só, passar de imediato à emissão de um certificado, ocorrendo daí o risco da perda de valor social dos Certificados e Diplomas; a RVCC deve servir apenas e sempre, de base a uma formação centrada no indivíduo na perspectiva da educação, tendo como intenção secundária a sua aplicação ao contexto de trabalho onde se encontra inserido ou ao contexto do meio profissional, da sua área envolvente de modo a facilitar a inclusão sócio-profissional. (Almeida, 2009).

Incluímos aqui uma referência ao programa Maiores de 23, criado pelo Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, que facilita e promove o ingresso ao Ensino Superior daquelas pessoas, com mais de 23 anos, que, mesmo não possuindo habilitações específicas, possuam experiência profissional ou competências que lhe permitam ingressar numa faculdade.

Os distintos projectos educativos e formativos para adultos que existiram em Portugal nunca conseguiram criar um currículo específico para a educação de adultos, que fosse alternativa ao sistema de ensino tradicional, antes pelo contrário.

Algumas das falhas, nos vários projectos de educação para adultos, estiveram relacionadas com a avaliação dos adultos (que tem que incidir nos seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida e não só nos conhecimentos retidos nas aulas); com a formação dos formadores/professores (que têm que ter metodologias adaptadas aos adultos e “cortar” com os hábitos dos professores do ensino normal) e com os curriculum dos cursos (que têm de ser mais práticos e activos do que teóricos).

Sem tradição, ao contrário dos países do norte da Europa, eternamente adiadas e continuamente à procura de um lugar no sistema educativo português, o setor da educação e formação de adultos “transformou-se no sector mais crítico e problemático de um sistema de educação ao longo da vida em Portugal” (Lima, 2005, p. 32) ou segundo Melo (1981) “da história da educação/formação de adultos (em Portugal), não sobressaem as reformas atribuídas a este pensador ou aquele ministro, mas sim às acções desenvolvidas por uma comunidade local, por um sindicato ou outro movimento social”.

Mas se vários investigadores consideram que a educação de adultos é um dos grandes falhanços de Portugal desde o 25 de abril de 1974, o que pensar da educação para idosos? Segundo Silvestre, “se consideramos que se a Educação e Formação de Adultos têm sido marginalizadas, esta faixa etária (idosos) tem sido super-hiper-ultra-marginalizada” (2011, p.117).

Formação para seniores

Quando falamos de educação para adultos, não falamos de educação para seniores que é um conceito mais recente e particular. Estamos-nos a referir aos conceitos de gerontopedagogia, gerontologia educativa, geragogia (em oposição à pedagogia; “peda” de crianças) ou da gerontologia educativa, conforme os autores. Segundo Magalhães (2011), a “gerontologia educativa centra-se na análise das mudanças psicossociais, afectivas e cognitivas que ocorrem nas últimas fases do ciclo vital, para, a partir daí, poder potenciar os aspectos positivos dessas mudanças e mesmo se possível diminuir os seus efeitos negativos. Um dos princípios básicos assumidos pela gerontologia educativa está relacionado com o objectivo de tornar positivos o envelhecimento e a velhice, acentuando as potencialidades do ser humano, seja qual for a sua idade vital. Sendo necessário dar ênfase à potencialidade cognitiva, à aprendizagem ao longo do ciclo vital e à noção de envelhecimento activo”, ou “o propósito (da gerontologia educativa) de prevenir o declínio prematuro, facilitar o desenvolvimento de papéis significativos para as pessoas seniores, fomentar o desenvolvimento psicológico, de modo a prolongar a saúde e os anos produtivos e aumentar a qualidade de vida das pessoas seniores” (Osório, 2005, p. 280).

O termo gerontologia educacional foi usado pela primeira vez em 1970, na Universidade de Michigan, por David Peterson, no contexto de um curso de doutoramento em gerontologia. Em 1976, esse autor definiu-a como a área responsável pelo estudo e pela prática das tarefas de ensino a respeito de orientação a pessoas envelhecidas e em processo de envelhecimento. Em 1980, o mesmo autor refez sua definição, acrescentando que a gerontologia educacional é a tentativa de aplicar o que se conhece sobre a educação e o envelhecimento em benefício da melhoria da vida dos idosos.

Ele fez uma classificação dos conteúdos da gerontologia educacional:

- 1) Educação para os idosos são programas educacionais voltados a atender às necessidades da população idosa, considerando as características desse grupo etário.
- 2) Educação para a população em geral sobre a velhice e os idosos; são programas educacionais que possibilitam à população mais jovem rever seus conceitos sobre a velhice; e, aos idosos, rever o seu próprio processo de envelhecimento.
- 3) Formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos: ocorre através da capacitação técnica de profissionais e da formação de pesquisadores.

A gerontopedagogia tem como objetivos a concepção e desenvolvimento de modelos e programas de animação, estimulação, enriquecimento pessoal, formação e instrução dirigidos aos idosos, ou “seja a sua área de actuação são todas as actividades educativas em que participem idosos” (Jacob, 2012). Podemos ainda considerar dentro destes objectivos a necessidade e utilidade de uma educação para a reforma, ou de uma educação para a aposentação, como defendido por Simões (2006).

A educação para idosos tem sido objecto de numerosos estudos e actualmente são aceites duas perspectivas teóricas complementares: uma que concebe a educação como estratégia de "socioterapia", promovendo e estimulando a integração social, e nesse caso a educação é um instrumento de promoção social. A segunda perspectiva concebe um envelhecimento melhor para aqueles que mantêm a mente activa através de actividades educativas. Nesta visão, a educação é simultaneamente uma espécie de ginástica mental, que evita o deterioramento das capacidades cognitivas, e um instrumento para aquisição de novos conhecimentos.

Consideramos que, mesmo entre a educação para adultos e a educação para idosos, há diferenças relevantes tais como o objectivo, a motivação, a duração das aulas, a preparação destas e os métodos a utilizar. Citando Cachioni (2012), e segundo García (1998), os traços principais de um bom educador da terceira idade são:

1) Espírito vocacional e capacidade de integrar-se a qualquer modelo de velhice para organizá-la e introduzi-la na comunidade.

2) Ser conhecedor do entorno para poder determinar a ação.

3) Ter uma formação adequada em várias ciências que configuram o currículo do gerontólogo (por exemplo, pedagogia, psicologia, medicina, sociologia, dentre outras). Ter iniciativa pessoal, gostar de idosos e ter capacidade de improvisação não são elementos suficientes para assegurar o desenvolvimento de qualquer trabalho destinado a esse segmento etário.

De uma forma geral o modelo de formação mais adequado para os seniores é o modelo não formal. Justamente porque este está mais relacionado com a formação contínua e com o objectivo de dar resposta às necessidades concretas que as pessoas seniores têm (Osório (2005, p. 318; Lemieux, 1997, p. 25).

Destes modelos não formais de formação para idosos em Portugal salientamos dois: as universidades Seniores (UTIs) e os projectos universitários.

As UTIs inserem-se no conceito de educação permanente, proposto pela UNESCO, de que o aprendizado deve estar presente ao longo de toda a vida, de forma constante, interativa e cumulativa para acompanhar as mudanças rápidas e contínuas da sociedade moderna (Cachioni, & Palma, 2006).

A Universidade da Terceira Idade ou Universidade Sénior “é a resposta socioeducativa, que visa a criar e dinamizar regularmente actividades sociais, educacionais, culturais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos. As actividades educativas realizadas são em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida» (site da RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade, 2011), ou conforme Pinto (2003), “instituições que se dedicam a dar resposta à procura de ensino não formal em variados domínios e à procura de actividades recreativas ou outras por parte da população sénior”.

As Universidades da Terceira Idade, ou como ultimamente se intitulam Universidades Seniores, surgiram como movimento específico de ensino para os seniores em França em 1972, na Universidade de Toulouse, com o Dr. Pierre Vellas (médico e investigador, 1930-2005).

O modelo rapidamente expandiu-se e chegou a outros países que o adaptaram á sua realidade. Existem hoje dois grandes modelos de organização das UTIs: o modelo francês ou continental e o modelo inglês ou britânico. O modelo francês associa as UTIs às universidades formais, enquanto o modelo britânico desenvolveu-se tendo por base as associações sem fins lucrativos ou grupos auto-organizados.

O modelo francês tem por base logística uma universidade formal (os professores e os recursos); privilegia a investigação e pode criar cursos superiores e de pós-graduação para seniores, o que pressupõe exigências culturais para o acesso.

O modelo inglês, mais livre e independente, informal, com origem no movimento associativo aproxima mais os professores e os alunos, tem mais abertura à participação destes; os programas, para além do ensino, desenvolvem as vertentes sociais e recreativas e os professores exercem a sua actividade em regime de voluntariado:

O modelo britânico é o único a operar numa base de ajuda mútua. Nem os professores, nem os dirigentes são pagos, excepto em circunstâncias excepcionais. Os professores e os líderes dos grupos oferecem voluntariamente os seus préstimos e qualificações. As aulas são informais, dadas pelos próprios membros, gratuitamente e a nível local. (Thompson, & Swindell, 1995).

O universo das UTIs hoje em dia é muito vasto, e pode variar de país para país e até de cidade para cidade; cabe a cada universidade saber o que pretende para os seus alunos e, a partir daí, organizar-se como tal. É perfeitamente possível ter na mesma região duas UTIs a funcionarem de maneira completamente distinta: uma destinada mais ao convívio e outra com funções mais académicas.

O facto mais importante é o das UTIs serem Universidades “da” Terceira Idade em vez de Universidades “para a” Terceira Idade. Os seniores podem desempenhar nestas organizações até três papéis em simultâneo: alunos, professores e dirigentes.

Em Portugal, a larga maioria das UTIs são de modelo inglês em regime não formal, que consiste em “actividades deliberadamente organizadas que originam processos pelos quais as pessoas se gerem para desenvolverem uma identidade e um lugar de consciência para si próprios, e poderem tomar conta das suas próprias oportunidades em relações sociais e lidar com elas independentemente, devido:

- ao aumento do conhecimento e da sua compreensão;
- a testar as suas opiniões e sentimentos contra as dos outros;
- a melhoria das competências e poder de expressão” (Willem Bax. *In*: Melo, & Federighi, 1999).

Mas verdadeiramente o que é uma universidade sénior? As UTIs são um espaço de aprendizagem não formal para maiores de 50 anos, no seio de uma estrutura organizada (normalmente uma associação ou uma autarquia), onde estes podem partilhar os seus conhecimentos, adquirir mais competências e experienciar novas actividades como a pintura, a informática, as línguas, a gastronomia, o desporto, a arte, a cultura etc. As aulas duram normalmente 1 ou 2 horas por semana, em horário laboral, não há avaliações, a assiduidade não é controlada, e a frequência das actividades é livre, mediante uma inscrição. A criação e o funcionamento das UTIs em Portugal está estabelecido no Regulamento Geral das UTIs e aprovado pelos dirigentes destas nas Reuniões Magnas da RUTIS.

Alguns dados sobre este universo: estão actualmente inscritas na RUTIS 220 UTIs, das quais 18 estão inactivas por terem cessado funções, por não cumprirem os requisitos da RUTIS ou pela sua ausência de informações. Têm uma frequência média de 150 alunos, 80% das UTIs foi criada depois de 2000 e 76% optou pela denominação “Universidade Sénior” e 12% por “Academia sénior”. A maioria (93%) está associada a uma associação ou a uma autarquia (Câmara ou Junta de Freguesia, 19%) (Jacob, 2012).

Existem actualmente cerca de 35.000 seniores a frequentar as UTIs; em 2002 eram 5.000. Os universos dos alunos é claramente feminino (76%), com idades entre os 60 e 70 anos, reformados ou domésticas (80%) e com habilitações muito distintas, desde a 4ª classe ao doutoramento. Cada aluno frequenta em média 5 disciplinas na sua UTI e tem melhor qualidade de vida e menor propensão à depressão do que os idosos reformados.

Existem 4.500 pessoas que assumem as funções de professores/formadores nas UTIs. Não é necessário ser professor de profissão para assumir esta função.

É apenas necessário demonstrar alguma disponibilidade e possuir um saber ou conhecimento numa determinada área que queira partilhar com os outros.

De acordo com um estudo realizado pela RUTIS em julho de 2012, a 1.041 professores de 50 UTIs, estes são maioritariamente do sexo feminino (60%). A idade que predomina é dos 60 aos 70 anos, embora a distribuição dos grupos etários seja uniforme, (ver gráfico 1). O grau de escolaridade mais prevalente é o superior (70%). A maioria (90%) dos professores dá aulas nas UTIs de forma voluntária e sem qualquer tipo de remuneração, sendo que 51% ainda exercem a sua actividade profissional, 45% são reformados e 4% estão desempregados. 90% dos professores consideram-se plenamente satisfeitos ou muito satisfeitos nessa função e a forma como chegaram a professores foi ou a autoproposta junto da UTI ou um convite directo desta.

Talvez o elemento-chave que emerge da participação nos programas é o aumento das redes sociais que, por sua vez, teria uma influência positiva sobre o bemestar. Confirma, ainda, que o compartilhar de atividades em grupo com pessoas da própria geração favorece o ajustamento psicossocial do idoso, porque facilita a emergência de significados comuns e a maior aproximação interpessoal (Cachioni, 2012).

Ultimamente têm surgido em Portugal os primeiros projectos de educação para seniores oriundos das universidades tradicionais. Este movimento surge pela maior sensibilização por parte destas entidades para este tema, pela redução dos alunos jovens e o mercado sénior puder de certa forma compensar um pouco esta situação e por haver um número cada vez maior de seniores que querem um modelo de educação mais formal e exigente.

Podemos considerar que estes projectos estão entre as UTIs (ensino não-formal) e o programa Maiores de 23 (ensino formal) e que se destinam a seniores com um grau académico mais elevado.

De realçar que, na Universidade de Lisboa, apenas 0,5% dos alunos do programa Maiores de 23 têm mais de 63 anos, o que dá a entender que o público sénior não está muito interessado em frequentar ou concluir cursos superiores tradicionais.

Os diferentes programas que têm surgido são muito heterogéneos nos seus objectivos, metodologias, custos e duração. Enquanto o funcionamento das UTIs é muito semelhante nos projectos universitários para seniores, a norma tem sido a diversificação.

A 18 de maio de 2012, realizou-se na Escola Superior de Educação de Santarém o I Encontro Nacional de Projectos Universitários para Seniores, co-organizado pela RUTIS e que juntou 7 dos 9 projectos conhecidos.

Estiveram ausentes, por indisponibilidade pontual, os programas “Aprendizagem ao Longo da Vida” da Universidade dos Açores, e a “Academia Sénior”, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Neste encontro foi possível debater esta temática e tomar conhecimento do rumo que cada instituição do ensino superior está a tomar. De maneira geral, dos 9 projectos, 6 são criados por organizações públicas e 3, por entidades privadas; 1 oferece certificação (Pós-Graduação) e os preços variam entre os 900 euros/ano, e a gratuidade. Elaboramos um quadro que resume os modelos actualmente existentes em Portugal para a formação de seniores nas instituições de ensino superior.

Quadro 2 – Caracterização dos programas universitários para seniores

(Estes dados são relativos a 2011, os dados actuais podem ser diferentes)

Instituição	Projecto	Duração	Para quem	Preço	Conteúdo
FL/UP (Faculdade de Letras do Porto)	Programa de Estudos Universitários para seniores	3 anos / 180 horas por ano	Mais de 50 anos Licenciados	900 € por ano	Unidades curriculares próprias
IPL (Instituto politécnico de Leiria)	Programa 60+	Semestral	Maiores de 50 anos, sem habilitações específicas	60 € + 25€ por Unidade curricular	Disciplinas próprias (inglês, informática, e todas as outras dos cursos do IPL)
UE (Universidade de Évora)	Universidade Sénior Túlio Espanca	Intemporal	Todas as idades sem habilitações específicas	Livre	Educação Popular Disciplinas livres Cursos breves
UCP (Universidade Católica do Porto)	"Católica 4º Ciclo", Programa Universitário (50+)	3 anos	Maiores de 50 anos sem habilitações específicas	160€ mais 130€ x 9 meses	Unidades curriculares próprias
UTL (Universidade Técnica de Lisboa)	Curso Sénior de Ciência, Tecnologia e Cidadania	Semestral (3 semestre + trabalho final)	Maiores de 50 anos com mais do que 10º ano	100€ por semestre	7 Áreas temáticas 24 Unidades curriculares próprias
ACL (Academia de Ciências de Lisboa)	Instituto de Estudos Académicos Para Seniores	1 ou 2 Horas semanais	Maiores de 50 anos sem habilitações específicas	Livre	Conferências Seminários Visitas de estudo
RUTIS/ISLA - Lisboa	Pósgraduação em Cidadania Sénior	1 ano /162 horas	Maiores de 50 anos com mais do que 10º ano	75€ X10 meses	8 Unidades curriculares próprias

Conclusão

Podemos concluir que a formação de adultos nunca se conseguiu impor em Portugal; tem sido tratado sempre como um braço menor do sistema educativo português. Já o conceito de aprendizagem ao longo da vida está mais enraizado no sistema educativo e formativo europeu e português, principalmente na sua dimensão, de qualificação profissional ou com fins de valorização pessoal, neste caso nos idosos.

Apesar de ainda existir um longo caminho a percorrer, pensamos que é unânime para todos os autores que o ensino não termina na formação inicial e que é preciso continuar a estudar e a adquirir competências ao longo da nossa vida.

Em relação à população portuguesa maior de 50 anos, três caminhos se apresentam hoje em Portugal: o meio não-formal (as Universidades seniores), o meio formal (cursos EFA e Maiores de 23 anos) e o misto (os programas Universitários para seniores).

Referências

- Almeida, I. (2009). *Trabalho em Pedagogia da Formação de Adultos*. Universidade Aberta.
- Barros, R. (2011). *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida*. Chiado Editora.
- Cachioni, M. (2002). *Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidades da Terceira Idade*. Tese de doutorado. Concentração em Gerontologia. Campinas (SP): Faculdade de Educação UNICAMP (276 págs.).
- Canário, R. (1999). *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*. Editora Educa.
- Candeias, A. (1993). A Situação Educativa Portuguesa: Raízes do Passado e Dúvidas do Presente. In: *Análise Psicológica*, 4(XI), 591-607.
- Delors, J. et al. (1996). *Learning: The Treasure Within. Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-First Century*. Paris (França): UNESCO, 1996. Edição original: Delors, J., et al. *L'Éducation: un trésor est caché dedans*. Paris (France): Éditions UNESCO-Odile Jacob. Edição em português: *Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional de Educação para o Século XXI*. São Paulo (SP): Cortez; Brasília: UNESCO.
- Dewey, J. (1900). *The School and Society*. Chicago (EUA): University of Chicago.

- Fontes, C. (2008). *Formação de Jovens e Formação de Adultos*. Recuperado em 01 janeiro, 2015, de: <http://educar.no.sapo.pt/Formadultos.htm>.
- Gonçalves, M.J.R. (2008). *Combater a desistência de adultos nos Centros de Novas Oportunidades*: Instituto de Educação e Formação do Sorraia.
- Jacob, L. (2012). *Universidades Seniores: Criar novos projectos de Vida*. Edição RUTIS.
- Jacob, L., et al. (2012). *Perfil dos Professores das Universidades da Terceira Idade*. Estudo realizado pela RUTIS (mimeo).
- Lemieux, A. (1997). *Los programas universitários para mayores*. Madrid (Espanha): Ministério do Trabalho U Asuntos Sociales.
- Lima, L., Pacheco, J., Esteves, M., & Canário, R. (2006). *A educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Recuperado em 01 janeiro, 2015, de: <http://www.debatereducação.pt>, 8, 10-20.
- Loureiro, A.P.F. (2012). "Novos" territórios e agentes educativos em sociologia da educação: o caso da educação de adultos. *Revista Lusófona de Educação*, 20, 123-139.
- Magalhães, E. (2011). O Envelhecimento Activo: Uma Perspectiva Psicossocial. In: *Ideias para um envelhecimento activo*. Edição RUTIS.
- Melo, A. (1981). Educação de adultos. Conceitos e práticas. In: *Sistema de Ensino em Portugal*, 55-382. Lisboa (Portugal): FCG.
- Melo, A., & Federighi, P. (1999). *Glossário de Educação de Adultos na Europa*. Associação Europeia para a Educação de Adultos.
- Neto, A. (2010). *Da vida laboral à reforma: Expectativas de ocupação*. Tese de doutoramento da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Osorio, A. (2005). *Educação Permanente e educação de adultos*. Horizontes pedagógicos. Edições Piaget.
- Pereira, F., et al. (2012). *Teoria e Prática da Gerontologia. Um guia para cuidadores de Idosos*. Viseu (Portugal): Psicossoma.
- Petró, V. (2012). *O programa Maiores de 23 na Universidade de Lisboa: Análise do perfil dos candidatos*. Universidade de Lisboa.
- Pinto, M. da G. (2003). *As Universidades da Terceira Idade em Portugal: Das origens aos novos desafios do futuro*. Documento apresentado na Conferência Internacional "Envelhecer em saúde". Lisboa (Portugal): Universidade Lusófona.
- Pires, A. (2002). *Educação e formação ao longo da vida: Análise crítica aos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e competências*. Dissertação Grau de Doutor em Ciências da Educação. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- Sarramona, J. (2006). *Debate sobre la Educacion*. Edição PAIDOS
- Silvestre, C. (2011). *Educação e formação de adultos e idosos: Uma nova oportunidade*. Horizontes Pedagógicos. Editora Piaget.
- Simões, A. (2006). *A nova velhice*. Lisboa (Portugal): Edição Âmbar.

Thompson, J., & Swindell, R. (1995). *An International Perspective of the University of the Third Age*. Griffith University. (Documento Policopiado).

Unesco (1986). Quarta Conferência Internacional de Educação de Adultos. In: *Pensar Educação*, 14, 05-65. Lisboa (Portugal): MEC/DGEA.

Unesco (2010). *Relatório global sobre aprendizagem e formação de adultos*. Hamburgo. Recuperado em 01 janeiro, 2015, de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001886/188644por.pdf>.

Villaverde Cabral, M. (Coord.), et al. (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Recuperado em 01 janeiro, 2015, de: https://www.ffms.pt/upload/docs/estudo-processos-de-envelhecimento-em-portugal_VFvgzyI1EkaGichpumKF8w.pdf.

Recebido em 01/02/2015

Aceito em 28/02/2015

Luis Jacob - Doutorando em “Psicogerontologia” pela Universidade de Valência. Mestre em Gestão de Recursos Humanos pelo ISCTE, Licenciado em Educação Social pela Escola Superior de Educação de Santarém e Universidade de Vigo (Espanha), Presidente-fundador da RUTIS desde 2005 e Professor do ensino superior com o título de Especialista em Gerontologia.

E-mail: luis@rutis.pt